

Título: **Apresentação da dissertação**
O Louvor da Hispânia na Cultura Letrada Medieval Peninsular. Das suas origens discursivas ao Apartado Geográfico da Crónica de 1344.
Dissertação de Doutoramento em História Cultural e das Mentalidades Medievais, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2007

Autor(es): **António Rei**

Enquadramento Institucional: **Membro do IEM, FCSH - UNL. Bolseiro FCT**
Contacto: ajrei@sapo.pt

Fonte: *Medievalista* [Em linha]. N.º6, (Julho 2009). Direc. José Mattoso. Lisboa: IEM.

Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>

ISSN: 1646-740X

O Louvor da Hispânia na Cultura Letrada Medieval Peninsular. Das suas origens discursivas ao Apartado Geográfico da Crónica de 1344.

Dissertação de Doutoramento em História Cultural e das Mentalidades Medievais, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2007

1. Origens do discurso

Os indícios mais longínquos de uma referência prestigiosa à Península remontam à Antiguidade que se convencionou chamar de “Pré-Clássica”, e que neste caso concreto, ligam, através de relações comerciais os fenícios e os hebreus com o mais ou menos lendário reino de Tharsis ou Tartessos.

Aquelas referências iniciais, esparsas, e especialmente ligadas à riqueza metalífera da Península, evoluíram significativamente por intermédio dos relatos dos viajantes e dos geógrafos gregos.

2. Desenvolvimento discursivo

As referências ou descrições romanas, ou do período romano, muito ficaram devendo aos gregos, quando não foram ainda gregos a levá-las a cabo. A nomenclatura básica do discurso laudatório sobre a Hispânia ficava assim praticamente completa.

Uma alteração no contexto das ‘laudes’ sobre este espaço ocorreu quando homens nascidos na Hispânia ou com ascendência hispânica acabaram por ocupar o trono imperial.

As excelências da Península chegam então ao trono de Roma, que, por coincidência, atingia então o seu auge de poder e de riqueza. Estas imagens de apogeu e paz associadas a um poder ‘benéfico’ de origem hispânica influíram muito, mais tarde, nos finais do século IV d. C., no imaginário dos letrados tardo-antigos e cristãos, os quais apresentaram Teodósio, outro imperador hispânico, como uma figura praticamente messiânica. Dele ou, depois da sua morte, da sua descendência era esperado o comando que guiaria todos a um pacífico e universal império cristão. O primeiro construtor dessa concepção providencial e messiânica do devir do mundo, e que teria na Hispânia o seu guia e ‘redentor’, foi o também hispânico Orósio.

Nesta fase tardo-antiga os textos laudatórios e os panegíricos eram já dirigidos especialmente às figuras da família imperial teodosiana; e, associada a eles, a Hispânia surgia como um cenário de fundo, penhor das esperanças depositadas naqueles indivíduos.

O império não sobreviveu e a Hispânia, aliás como todas as demais regiões do antigo Império do Ocidente, autonomizaram-se do ponto de vista cultural. As línguas evoluíram e os espaços ocupados pelos povos germânicos começaram a ganhar alguns esboços de identidade, já perceptível nas mais antigas obras historiográficas de então que se circunscreveram basicamente aos diferentes reinos e só a eles.

3. Auge laudatório

Na Hispânia aconteceu outro tanto, e foi quando o espaço peninsular se encontrou unido e pacificado pelos Visigodos, e depois da vitória sobre os ‘Romanos do Oriente’, que, numa obra historiográfica do punho de Isidoro de Sevilha, surgiu um texto denominado “*Laude Spaniae*” e que é, pela primeira vez, o assumir daquele louvor à Hispânia, a ela e só a ela, como objecto, até então importante mas, nos finais do Império, sempre correlacionado com algum personagem que fosse o motivo do elogio.

Essa dissertação sobre as excelências da Hispânia, brilhantemente lapidada pelo Bispo de Sevilha, veio a estar na origem de um outro texto, com semelhanças tipológicas, e que representou, uns séculos depois, o culminar destas ‘laudes’, embora dentro de um quadro político e cultural distinto daquele que existia no reino visigodo.

Esse auge deu-se quando a historiografia hispano-árabe ligada ao Califado de Córdoba, num discurso ideológico legitimador daquele mesmo poder Califal, receptou, a partir da cultura cristã visigótico-moçárabe o conceito de que esta sagrada terra do fim do Mundo, gera príncipes bons e justos, sagrando-os porque seus naturais.

Desta forma o novo Califa no al-Andalus demarcava-se, de forma original, dos cânones mais ortodoxos do Islão, e legitimava desta forma a ruptura com os califas Abássidas de Bagdad a quem deixava de reconhecer a condição de Representante do Profeta, a qual passava a assumir para si próprio e para a sua descendência.

Essa ‘laude’ hispano-árabe amplificou enormemente a matriz isidoriana transformando-a num périplo pelas terras do al-Andalus, pormenorizando as suas riquezas e bens, as suas cidades, as suas fortalezas e itinerários. Um longo panegírico que não apenas comprazia o leitor, mas permitia servir de roteiro, de instrumento de trabalho das chancelarias califais, atendendo ao pormenorizado da descrição.

Depois do desaparecimento do Califado Omíada, apenas um poder de tipo califal ressurgiu nestas terras, e foi com os Almóadas, em meados do século XII. Estes, pretendendo recuperar os territórios perdidos para os monarcas cristãos, assumiram-se como os continuadores dos Califas de Córdoba e aquela obra do século X, cuja versão original foi elaborada pelos dois al-Râzî, Ahmad e ‘Îsâ, pai e filho respectivamente, foi refundida nos anos 60 do século XII por Ibn Ghâlib, um letrado e alto funcionário do aparelho almóada.

Uma cópia desta obra de Ibn Ghâlib chegou às mãos dos Senhores de Aboim-Portel, primeiros governadores cristãos do actual Algarve, que a mandaram traduzir e fizeram associar à memória da sua casa senhorial.

O conde D. Pedro de Barcelos, um genro do último Senhor de Portel, acabou fundindo na sua *Crónica* de 1344 aquele texto, mandado traduzir por seu sogro, com obras ligadas à produção cronística castelhana iniciada por Afonso X de Leão e Castela.

A tradição cronística cristã romance e ligada ao reino asturiano-leonês, e que se detecta desde os finais do século IX, acabou desaguando nas oficinas do Rei-Sábio.

Dentro desta outra linha da historiografia hispânica alto-medieval e culturalmente cristã, é de salientar o facto de a mesma reunir duas componentes textuais, uma ‘*laude*’ com clara tipologia isidoriana, e um ‘*dolo*’, um lamento pela perda do reino visigodo, e que tudo parece apontar para uma origem moçárabe. A *Crónica Moçárabe de 754* já apresenta este elemento doloroso e Afonso X na sua *Primera Crónica General* ainda integrou aqueles mesmos dois componentes. Entre ambas as obras medeia mais de meio milénio.

A obra de D. Pedro, à qual também já foi chamada a *Segunda Crónica General*, manteve-se na tradição cronística portuguesa e passou ainda, através de tradução, para a historiografia castelhana.

Tendo o Conde de Barcelos integrado na sua obra a descrição geográfica, ou ‘*laude*’ de origem raziana, que vinha do texto árabe traduzido, aquela mesma descrição popularizou-se e constata-se ainda a sua utilização, já não pelo aspecto estético mas mais pelo aspecto prático, na Hispânia dos alvores dos tempos Modernos.

Neste contexto de continuidade discursiva, a obra árabe perdida (atribuída tradicionalmente a al-Râzî, mas com muito mais plausibilidade a Ibn Ghâlib), acabou por vir a desempenhar um papel fundamental, de ponte ou charneira, dando continuidade a uma memória que, tendo as suas mais importantes origens nas fontes latinas dos séculos V a VII, acabou por ser, mais tarde, receptada em fontes cristãs romances peninsulares dos séculos XIII e XIV, isto é, na *Crónica do Mouro Rasis* e, posteriormente, na *Crónica Geral de Espanha de 1344*.

Mas ela não foi apenas um estádio intermédio de passagem entre as culturas peninsulares alto medieval latina e baixo medieval romance.

Foi ainda o auge da ‘laude’ discursivo-descritiva, e o modelo que passou à cultura peninsular romance do século XIII perpetuando a estruturação textual hispano-árabe e já não a que fora utilizada por Isidoro de Sevilha.

De resto, nos meios letrados árabes, não apenas hispano-árabes, a obra de al-Râzî, também veio a influenciar as descrições espaciais de al-Andalus ou da Ibéria, entre os séculos XI e XV.

De facto, até ao século XVII ainda continuaremos a encontrar sinais da sua influência, tanto nos meios intelectuais árabes como nos cristãos, nestes últimos através de vários manuscritos das Crónicas antes mencionadas.

4. O discurso ‘completo’

A Descrição da Geografia Peninsular presente naquelas duas Crónicas cristãs, *Crónica do Mouro Rasis (CMR)* e *Crónica Geral de Espanha de 1344 (C1344)*, é o apartado das mesmas que mais integralmente manteve a estrutura e os conteúdos de acordo com a sua matriz árabe. Até há pouco tempo, era geralmente admitido que a mesma Descrição provinha de uma tradução galaico-portuguesa da obra geográfica de Al-Râzî. No entanto, está hoje demonstrado, através da investigação que deu corpo à nossa Tese de Mestrado, que o texto árabe traduzido para português nos séculos XIII-XIV, apenas parcialmente dependia daqueles autores, dependendo também de um outro geógrafo hispano-árabe, Al-Bakrî.

A composição do texto árabe original, e cuja tradução constituiu a matriz do *Livro de Rasis (LR)* e da *CMR*, terá ocorrido muito possivelmente no século VI h. / XII d.C.

Fomos levados a concluir então que aquele texto árabe que chegou às mãos dos tradutores que o trasladaram em língua portuguesa apresentava uma estruturação textual idêntica à que encontramos em Ibn Ghâlib, havendo também uma grande coincidência nos conteúdos das respectivas notícias.

Sendo assim, não nos parece, portanto, descabido aventar que o texto árabe que chegou às mãos dos Senhores de Aboim/Portel e posteriormente às da sua equipa ou equipas de tradução, dando origem à chamada ‘*Crónica do Mouro Rasis*’, ou, mais inicialmente, ao

‘*Livro de Rasis*’, e portanto sempre remetendo para al-Râzî, seja identificado afinal como a perdida versão original da obra grande de Ibn Ghâlib, *Farhat al-anfus*, da qual hoje apenas conhecemos uma versão breve, os fragmentos de um possível ‘manual de chancelaria’.

O que subsiste no apartado geográfico das *Crónicas* romances tratar-se-á, neste caso, do único testemunho conservado de uma Geografia da Península que precedia o que sabemos ter sido uma grande e monumental obra historiográfica, que iria desde a Criação do Mundo até aos tempos em que o al-Andalus, sob a chefia dos califas almóadas, procurava recuperar um perdido esplendor e hegemonia política na Península Ibérica.

Da grande família de testemunhos remontando à tradução portuguesa dos séculos XIII-XIV, o testemunho mais antigo parece mesmo ser o ms. *M* da *C1344*, o qual terá sido o manuscrito ‘*harto antiguo*’ que Ambrósio de Morales usou. Para este grande letrado da segunda metade de Quinhentos o considerar já então bastante antigo, é porque se trataria realmente do texto do século XIV.

Os testemunhos mais antigos da *CMR* são cópias do século XV, em que o ms. *Ca*, o mais antigo, de cerca de 1430, foi utilizado para compor a parte inicial da *Crónica Sarracina*, de Pedro de Corral.

Adoptámos como texto-base o apartado geográfico presente no testemunho *M* da *C1344*, por ser o mais antigo testemunho completo desta *Crónica*, mas também por ser o mais íntegro, uma vez que os testemunhos da *CMR* apresentam uma grande lacuna no meio das notícias relativas aos diferentes termos.

Nos pontos em que se detectem algumas lacunas em *M*, suprimo-las a partir do ms. *Ca* da *CMR*; e, apenas pontualmente, numa pequena passagem relativa à notícia de Santarém, incorporámos um excerto do ms. *L*, da *C1344*, testemunho da versão de 1420.

5. Ms. *LV* e as suas problemáticas

O ms. *LV* trata-se de uma cópia ‘acidentada’ do ms. *E.*, e é um texto que, tudo aponta, foi parte do esforço que procurou, no século XVII, restaurar de forma erudita e nos alvares da crítica textual, a *Crónica do Mouro Rasis*.

Todos os textos que hoje sabemos serem testemunhos quer da *CMR* quer da *CI344*, eram então entendidos como tratando-se de um único conjunto. Depois de alguma pesquisa textual levada a cabo no século XVII, foram seleccionados os mss. *Ca* e *E* como os melhores para recompor a ‘integridade perdida’ da Crónica com matriz árabe.

Procedemos à sua edição crítica e ao estudo da obra e da sua inserção na cadeia da cronística baixo-medieval peninsular.

6. À laia de conclusão

Trata-se, portanto, de um discurso laudatório que foi evoluindo ao longo de séculos, mais de milénio e meio, até se formalizar com Isidoro de Sevilha, que o designou como *Laude Spaniae*; e ter atingido a sua máxima expressão discursiva pelo punho dos dois al-Rāzī.

Refundido no âmbito político almóada, coube a Ibn Gālib dar-lhe a forma que acabou por se depositar na cronística romance, por intermédio da tradução de árabe para galaico-português, levada a cabo a mando dos Senhores de Aboim-Portel.

Tal discurso é a exaltação de uma ‘quase-ilha’ que teve, para as gentes do Mediterrâneo e durante cerca de dois milénios e meio, a importância, a força simbólica de ser o ‘finis terrae’, o fim do mundo habitado, então conhecido. Foi este o local onde se projectaram muitos dos mitos escatológicos da Antiguidade, mitos que, alguns deles, curiosamente passariam para o novo limite do mundo habitado, o chamado Novo Mundo.

Escolhida pela Divindade para ser o que é, a Hispânia foi colmada de bênçãos e de riquezas. Os Antigos viram-na como um quadrilátero, expressão da natureza dominada pelos quatro elementos, a «jangada de pedra» como alguém a designou recentemente, e que conduz, qual Caronte, ao fim do espaço conhecido, ao fim da existência (daí *Ocidente*) ao fim da memória, ao milagre (donde os messianismos de característica cor hispânica), à transcendência do comum (*ġarb* e *ġarīb* são palavras da mesma raiz). Aqui colocaram, os homens de então, Hércules e os seus trabalhos finais.

O Cristianismo fez do quadrilátero um triângulo, expressão concreta e física da eleição desta terra por uma expressão da Divindade que se entende, simultaneamente, una e trina. E, pelo menos os cristãos hispânicos, entre os quais Orósio, viram no seu conterrâneo Teodósio, e mais ainda por ser daqui natural, uma imagem messiânica, de

quem se esperava a salvação do Império Cristão Romano. Isidoro de Sevilha, ante a debilidade estrutural da monarquia visigoda, exaltou a terra e o vínculo que a Divindade com ela estabelecera, e da qual o monarca era a expressão e o delegado para a sua manutenção. A falta a este compromisso, por parte de monarcas e de súbditos, a desobediência à Divindade, deu origem à punição, que consistiu no desaparecimento do Reino Visigodo e na sua substituição pelo poder islâmico.

No momento em que o poder islâmico se assumiu como expressão máxima na Comunidade do Islão, a condição Califal, este poder valeu-se, de forma clara, das heranças culturais hispânicas anteriores. Aí se afirmava, mais uma vez e também com contornos messiânicos, embora de cor islâmica, a condição especial das monarquias hispânicas, sagradas porque consorciadas com esta terra abençoada; e simultaneamente era dado um novo interesse, mais político do que real, à maioria moçárabe e às tradições de que a mesma era depositária.

Nesta tarefa estiveram empenhados os dois al-Rāzī, os quais compuseram uma das obras míticas da literatura hispano-árabe, a qual, por ter desaparecido, só adensou o mito em seu redor.

Usada por diferentes autores, em séculos sucessivos, acabou por passar à cronística romance, assumindo um importante papel na descrição do espaço ‘reconquistado’ e na concepção nobiliárquica do espaço peninsular. A sua descrição espacial, a parte textual que se mantém mais próxima da sua matriz árabe, acabou por se manter em vigor, pelo menos até ao século XVII.

Também dessa época é o mais tardio autor árabe que usou o texto de al-Rāzī, al-Maqqarī.

O Apartado Geográfico das Crónicas (*CMR* e *CI344*), confrontado com os textos árabes mais ou menos devedores a al-Rāzī, deu-nos um paralelo muito significativo com o texto de Ibn Ġālib. Com este texto como base, poder-se-á reconstituir, com bastante aproximação, o texto árabe que foi traduzido para galaico-português, atentando especialmente em Yāqūt, al-Himyarī e no texto anónimo do *Dhikr*.

A hipótese de reconstruir o texto de al-Rāzī parece-nos, pois, cada vez mais longínqua, embora não queiramos admitir a sua liminar impossibilidade.

Quanto ao ms. *LV*, tentámos uma inserção do mesmo no conjunto dos demais textos cronísticos, quer da *CMR* quer da *CI344*, articulando-o com os seus testemunhos mais antigos, respectivamente *Ca* e *M*, e também com um dos testemunhos da ‘reconstrução’ do século XVII, *Cop*.

Além da edição do ms. *LV*, tentámos ainda reconstituir o percurso do *Livro de Rasis*, desde que foi traduzido para galaico-português até que foi traduzido para castelhano e, mais tarde, foi integrado na *CI344*. Buscámos ainda identificar por quem e quando se deram as traduções de português para castelhano do *Livro de Rasis* e, mais tarde, da *CI344*. Acabámos, obviamente, em dois momentos distintos, com cerca de vinte anos de diferença um do outro, embora com uma coincidência: os indícios apontam para que o tradutor de ambas, autor material ou mentor das mesmas traduções, tivesse sido o poderoso Senhor de Vilhena, D. João Manuel, sobrinho do Rei-Sábio, e um dos principais letrados hispânicos do século XIV.

A proximidade física, literária, e até mesmo ideológica (ou não fossem dois dos mais poderosos senhores da Hispânia do seu tempo), entre D. Pedro Afonso, Conde de Barcelos e o Senhor de Vilhena, D. João Manuel, terá, de facto, existido.

Creemos, deste modo, ter ajudado a entreabrir mais algumas portas, quer no âmbito dos Estudos Hispano-Árabes, quer no da Cronística hispânica romance baixo-medieval.